

29 JUN 1985

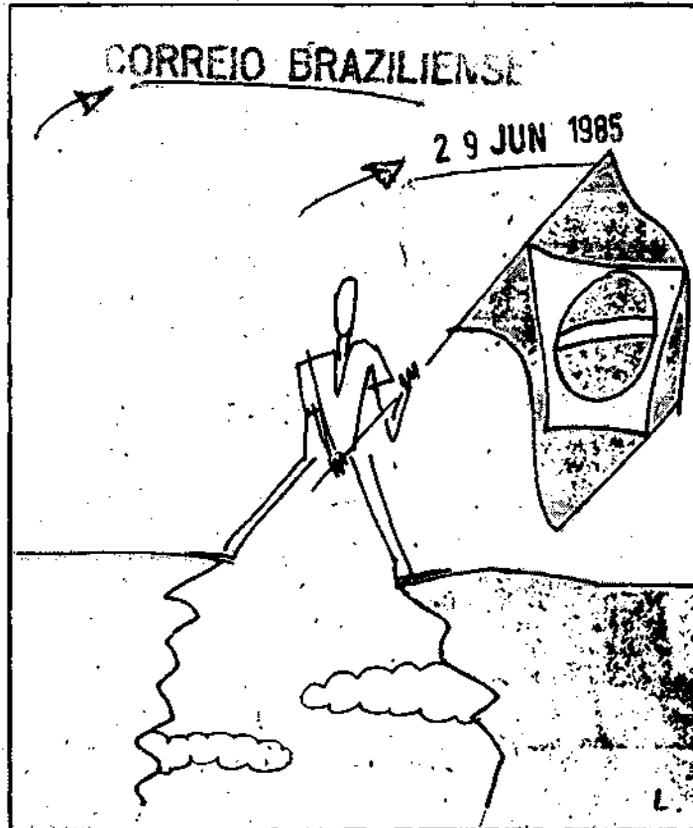
# A Constituinte e o cidadão

PAULO LUSTOSA

Que importância concreta tem a Constituinte na vida do cidadão? A pergunta pode parecer — e é — óbvia. No Brasil, porém, pelo menos um personagem, seguramente, desconhece a resposta: o próprio cidadão. Somos um povo historicamente desprovido de educação política, circunstância que se agravou enormemente nessas duas últimas décadas de regime autoritário.

Estudos produzidos no âmbito do Programa Nacional de Desburocratização — a partir da volumosa correspondência que nos chega diariamente — evidenciam a visão distorcida que o povo tem, no Brasil, do Estado. Basicamente, considera-o uma instância suprema, mística, a que deve reverenciar e obedecer cegamente. Um estudo antropológico dessas cartas revela o abismo que se cavou entre Estado e cidadão. E indica que serão necessários muitos esforços — incluindo-se aí uma autocritica do próprio Estado — para que se construa uma ponte sólida entre ambos. O brasileiro, sequer, remotamente, possui a mais elementar noção de cidadania. Ignora seus direitos mais primários, inclusive o fato de que é ele, o contribuinte, o patrão do Governo.

A origem de tais distorções remonta aos primórdios de nossa formação. O caráter unitário, centralista, de nossos colonizadores portugueses reflete-se até hoje na postura do Estado brasileiro. Somos uma federação apenas no papel. Embora a União seja uma abstração jurídica — já que todos habitamos no espaço concreto do município —, vivemos todos submetidos a um poder central, que, por



mais bem intencionado, tende a exorbitar e esmaga diariamente o cidadão.

No Brasil, o Estado é onipresente. A maior ou menor taxa de tirania dependerá da generosidade do príncipe. A soma de poder concentrada nas mãos do Executivo é humanamente inadmissível. Essas as questões básicas, filosóficas, com que se defronta a Nova República. E é a partir dessas reflexões que irá construir seu ideário. A Constituinte surge como circunstância extremamente favorável para que o cidadão se engaje nessa missão. Como, entretan-

to, supri-lhe a carência de formação política? Como queimar etapas, corrigir-lhe o atraso histórico?

Não é, seguramente, tarefa fácil. No âmbito da Desburocratização, formulamos uma estratégia — cuja execução já está em andamento — que conta com o entusiástico apoio do presidente José Sarney. Trata-se de uma campanha para preparar o cidadão para a Constituinte. Não pretendemos, com ela, paternalizar o cidadão. Pelo contrário. Nossa proposta é instrumentalizá-lo para que influencie o máximo possível — e com toda autonomia — no

processo. Não queremos que a Constituinte seja uma obra tão-somente dos partidos políticos. Ao contrário. Entendemos que eles devem ser apenas os instrumentos com que o cidadão imporá concretamente sua vontade.

Através da publicação de cartilhas — cujos custos serão bem reduzidos, a partir de convênios com entidades privadas —, levaremos ao cidadão todas as informações relativas à Constituinte. Nessas cartilhas, ficará bem claro que a Constituinte não é um colegiado de juristas e políticos, incumbidos de produzir algo divorciado do dia-a-dia do cidadão. Ele terá noção da importância em seu cotidiano — e em seu destino — da Constituição. A muitos, tudo isso poderá soar como algo secundário, supérfluo. Não é. Sem tal premissa, estaremos condenados, mais uma vez, a produzir uma Constituição efêmera, que aprofunde perigosamente o abismo Estado-Nação. E teremos uma Constituinte que refletirá tão-somente os interesses de nossas elites.

Sou testemunha do interesse com que o presidente José Sarney aguarda o desenrolar dessa campanha. Ele, como ninguém, entende o momento histórico que vivemos. Está ciente de que a Nova República tem uma missão especial: tornar-se a ponte sobre o abismo que, historicamente, se interpõe entre o Governo e o cidadão. Conseguindo isso e já avançamos bastante, ter-se-á justificado perante a história.

Paulo Lustosa, deputado federal (PFL-CE), é ministro Extraordinário da Desburocratização.